

Cultura e Anarquia: uma Exposição

Culture and Anarchy é uma série de ensaios produzidos por Matthew Arnold para a Cornhill Magazine entre 1867 e 1868, mais tarde reunidos em formato de livro. Trata-se provavelmente de um dos títulos mais importantes da história, no campo dos estudos sociais e culturais: estabeleceu termos duradouros na crítica intelectual, como certo sentido da palavra “filisteu” e, evidentemente, o alcance semântico da expressão “alta cultura”, base e estandarte da moderna educação liberal.

O escopo deste artigo consistiria em desvendar, diante do leitor, a significação exata das categorias críticas de Mr. Arnold, de modo a introduzir e divulgar, no vocabulário nacional, a delicadeza analítica de que por tanto tempo os jovens universitários anglófonos se têm beneficiado. Não há, porém, meio seguro de tornar a linguagem de Arnold fácil: seu modo assistemático e torrencial de expressão é manifestação fiel duma inteligência intuitiva e tempestuosa. Nem por isso se torna impossível explicá-lo, é claro. Suas categorias, embora flexíveis, são firmes. E se o estilo de sua prosa causa a impressão de irregularidade, diletantismo ou vagueza, quando se apreende a forma profunda de suas análises torna-se claro o vigor de cada parte. A este texto, que pretende congelar a tempestade e domar o relâmpago, resta a esperança de, por uma exposição rápida e tremeluzente de seu vocabulário, visar ao sentido particular de ler *Culture and Anarchy* no Brasil de nossos dias. Não será possível dar uma impressão adequada do dinamismo que marca as análises de Arnold; ao contrário, produzir-se-á uma representação quase geométrica da harmonia de fundo que as rege e fundamenta.

Um aspecto chamativo da obra, aliás, é justamente o contraste entre sua aparência jornalística, transitória, e a surpreendente perenidade de suas análises, seus conceitos, sua direção, por assim dizer. Arnold como que fixou um problema continuamente urgente da sociedade moderna, que vem sendo debatido, desde então, com pouco sucesso a mais do que o próprio Arnold conseguiu. Trata-se, portanto, dum diagnóstico suficientemente claro, que no entanto nunca se desdobrou em cura eficaz. É o assunto mais importante do momento desde o século XIX, e sequer estamos preocupados o bastante com ele para que, num dia próximo, deixe de sê-lo. Para formar, contudo, uma ideia adequada desse assunto, e da importância do tratamento a ele dado por Arnold, subiremos desde a análise mais rasteira das classes sociais (chamadas, não sem um toque cômico, “bárbaros, filisteus e populaça”) até o elevado cume da cultura, onde o poeta e crítico britânico pretendia fincar a bandeira da Inglaterra.

Bárbaros, Filisteus e Populaça

Culture and Anarchy é quase que dependente do contexto histórico em que foi produzido, pois seu autor, desprovido de talento ou desejo de construir sistemas fechados, recorria continuamente aos acontecimentos do dia para descobrir categorias novas e expressar, por meio de exemplos concretos, os conceitos que pululavam em sua mente. Desses acontecimentos, pois, vemos emergir os vetores que compunham o jogo político inglês. Hoje nós os chamaríamos “aristocracia, burguesia e povo”, mas o inglês bonachão preferiu - com mais mérito e precisão - os termos que intitulam esta seção (no original, *Barbarians, Philistines e Populace*).

“População” possui sentido inconfundível em português; os filisteus, porém, não são apenas um povo inimigo de Israel; tampouco são os bárbaros uns selvagens armados com clavas. *Filistinismo* era a palavra usada por críticos alemães para referir-se ao homem provinciano, simplório e ocasionalmente arrogante, com valores superficiais e uma repulsa preguiçosa pela vida intelectual. Arnold fixou o termo em língua inglesa como signo do inimigo da cultura, esse tipo que acredita no dinheiro e na indústria como provas do progresso geral e sinais de evolução pessoal. O filisteu tem por evidente que a missão do homem sobre a Terra consiste, primeiramente, em seguir os mandamentos de sua religião do modo mais rude possível; uma vez bem enquadrado nesse critério, é preciso ganhar muito dinheiro, construir grandes indústrias e frequentar reuniões luxuosas. Trata-se do burguês moderno, especialmente da classe média em seus diferentes graus.

O bárbaro, por outro lado, seria o tipo do aristocrata inglês, responsável por manter a elegância, compostura e demais *virtudes exteriores* na sociedade. O bárbaro preserva aquele porte, nobreza e coragem dos antigos selvagens anglo-germânicos – dele procede a paixão pela liberdade individual e pelos cuidados com o corpo que caracterizam os ingleses – e abomina o mecanicismo e grosseria que caracterizam o comportamento filisteu. É própria dos integrantes dessa classe uma percepção aguda do inapropriado, do exagero, da gafe; é o bárbaro quem denuncia publicamente as pretensões filisteias a destruir, com leis insensatas e movimentos frequentemente violentos, a harmonia social. E contudo Arnold, que é grande admirador desses orgulhosos e elegantes aristocratas, confessa que não estão prontos para dirigir uma nação tomada pela novidade. Não lidam bem com o progresso; são uma força baseada em memória e respeito, não em criatividade e inovação. Falta-lhes a luz desbravadora duma inteligência penetrante, capaz de romper – quando necessário – o senso comum e o fato estabelecido.

No Brasil contemporâneo, não há a mesma preocupação religiosa entre os que chamaríamos filisteus, mas algo se manteve: a crença anti-filosófica no dinheiro como tábua de salvação, o apego a regras públicas de conduta como verdade moral última e a atrofia quase inumana da inteligência permanecem exatamente os mesmos, senão versões agravadas duma mesma doença. Doutra parte, nossos bárbaros não se revelam claramente, mas suas funções continuam existindo: há ainda modelos de conduta, elegância e bom-tom; há os guardiões do senso comum, da crença estabelecida. Onde eles se encontram, é mais arriscado dizer: o leque de funções a eles atribuídas hoje se estenderia de professores universitários a jornalistas, sacerdotes e líderes de movimentos políticos ou ONGs. Não se podem, evidentemente, procurar no Brasil grupos sociais que manifestem funções aristocráticas do mesmo modo que os ingleses. Nem se compreendam as palavras “elegância” e “bom-tom” de modo restrito: antes é preciso reconhecer que nosso país, como qualquer outro, possui padrões pelos quais somos julgados bem-educados ou não, ainda que esses padrões não nos pareçam exatamente sofisticados. A presente sociedade pode, por exemplo, acatar a mais ofensiva das propostas, contanto que nosso discurso não cite nomes nem acuse pessoas. Esse é um critério de elegância, primitivo como possa parecer, e o mesmo raciocínio se aplica a palavras como “tradição”: a aristocracia mantém a tradição, mas o que é entendido por tradição depende de cada aristocracia. A título de exemplo, considere-se que os atuais bárbaros brasileiros têm suas raízes culturais na França do século XX, vindo daí os seus valores “tradicionais”.

Arnold atribui a cada classe um *ordinary self*, personalidade usual, conjunto de comportamentos padronizados que unem o indivíduo a sua comunidade. Assim, os

bárbaros participam de jogos e caçadas, os filisteus freqüentam festas e abrem empresas, a população toma parte em lufa-lufas e bebe cerveja. Enquanto vivemos segundo nosso *ordinary self*, somos parte irracional duma máquina gigante (mais adiante explicarei o conceito de maquinário), restando-nos contudo a opção de atentar a nosso *best self* – a personalidade mais profunda, que contém toda a potência interna para a perfeição. É por meio desse “melhor eu” que o homem pode erguer-se sobre sua classe, descobrindo-se e portanto se tornando parte duma classe maior: a Humanidade. Mas a atenção ao *best self* significa tomar ciência da composição complexa de si mesmo, e assumir-se como filisteu, bárbaro e população simultaneamente, buscando já não a satisfação de desejos pré-prontos, mas a perfeição interna, o desenvolvimento harmônico de todas as partes.

Para iluminar os conceitos de *ordinary* e *best selves*, pode ser relevante observá-los no Brasil de agora. Antes de mais nada, cumpre notar que “classe” não tem, em *Culture and Anarchy*, o significado preciso e sistemático que adquire no marxismo e em teorias semelhantes; antes é uma divisão social, que não depende de categorias estáticas e onipresentes, mas sim de análises que devem ser refeitas de acordo com cada momento e lugar. Ora, no Brasil vê-se por exemplo que a classe média segue uma cartilha relativamente restrita de interesses, ambições e comportamentos. Um exemplar normal desses filisteus contemporâneos terá convicções, objetivos e atitudes mais ou menos comuns aos outros, com destaque para certa política de boa vizinhança. O filisteu brasileiro deve sempre ser “gente boa”, evitar o conflito, não importa o que aconteça; portanto, ainda que suas convicções sejam gravemente insultadas, se ele estiver em minoria deve calar-se e rir.

Gulliver, na bela alegoria de Jonathan Swift, é um gigante na terra dos liliputianos, pessoas em miniatura que agem segundo um espírito coletivo e estúpido, e que quando veem um grande homem decidem usá-lo para seus propósitos, pequenos e insignificantes como eles próprios. A inclinação brasileira pela neutralidade que reduz os grandes impulsos individuais a serventes dos interesses coletivos mesquinhos bem poderia ser traduzida por *síndrome de Lilibut*. Ora, essa doença psicossocial é uma manifestação do *ordinary self*. O *best self*, por outro lado, saberia sacrificar à coletividade atitudes individualistas e imbecis, ao mesmo tempo que priorizaria, em situações críticas, valores essenciais ou urgentes, prescindindo portanto da boa reputação. Esse “eu melhor”, evidentemente, só pode ser atingido pelos indivíduos separadamente, enquanto o “ordinário” facilmente se espalha pela comunidade como um comportamento automático.

Tal esboço de comparação, que encontra análogos rápidos para as categorias de Arnold, visa a demonstrar que *Culture and Anarchy*, mesmo em sua face mais temporalmente localizada, gera luzes para a análise sócio-cultural de qualquer país e tempo. Isso não significa que Bárbaros, Filisteus e População sejam classes universais, tampouco que Arnold tenha pretendido sua universalidade. São termos ingleses, cunhados para a Inglaterra do século XIX, sem equivalente exato no Brasil de qualquer tempo. Há, contudo, na composição desses papéis historicamente restritos, traços mais sutis que compõem uma dinâmica social – os quais, quando aplicados a outros contextos, não deixam de sugerir sua própria universalidade sob diferentes máscaras, roupas e estereótipos. Assim, o Bárbaro talvez não seja uma categoria perpétua, mas as funções que exerce, como mantenedor dos critérios de bom gosto e da tradição nacional, são necessárias em qualquer sociedade, e terão seus representantes, mesmo que sob roupagem diversa.

Helenismo, Hebraísmo e Maquinário

Arnold observou que certos protestantes ingleses parecem usar palavras de conotação religiosa como “graça” e “ressurreição” de modo “isolado, fixo, mecânico, como se fossem talismãs”; esse uso dos termos é, na opinião do crítico, equivocado, e manifesta a perda de seu sentido original. Quando S. Paulo diz “ressurreição”, por exemplo, ele não se refere sempre à ressurreição física e literal dos mortos (embora Arnold concorde que às vezes é esse mesmo o sentido da palavra nas *Epístolas paulinas*): com freqüência o apóstolo assinala, por esse termo, uma espécie de morte e ressurgimento espiritual, por meio do batismo na figura ensanguentada, autossacrificante e inspiradora do Messias. Ao longo de suas cartas, o evangelizador de gregos e romanos vai tentando tornar esse conceito inteligível e comunicável, por considerá-lo essencial na vida cristã. Para Arnold, porém, a percepção complexa e vigorosa de S. Paulo ficou para trás, e só restou ao fiel cristão o sentido mais ralo e grosseiro da ressurreição física. Tal superficialidade, quando se manifesta em contextos religiosos ou filosóficos, pode tornar-se perigosa: a má compreensão de uma palavra teologicamente importante, ou a interpretação epidérmica de um conceito metafísico, não raro leva a ações extremadas e desastrosas.

Há, na opinião de Arnold, uma energia natural no ser humano que o impele a agir segundo o que já sabe e reprime a contemporização: *Fire and Strength* – fogo e força – são a manifestação dessa energia, por Arnold definida como “rigor de consciência” e chamada Hebraísmo. Uma inclinação por cumprir com seus deveres morais, ainda que deles não se tenha uma visão muito completa e detalhada; uma tendência a proibir e recomendar, pois não há tempo para reflexões: é preciso *fazer o bem e evitar o mal*. Doutra parte, o Helenismo é aquele espírito de contemplação que possuiu, por assim dizer, a Grécia do período clássico, exigindo explicações de cada ação executada, de cada palavra proferida. Para o Helenismo, definido como “espontaneidade de consciência”, nem o próprio ato é mais importante que sua compreensão; a inteligência não pode conhecer restrições, muito menos dar lugar a ações urgentes e irrefletidas. É preciso ver as coisas como elas são, em sua plenitude e beleza. O autor de *Culture and Anarchy* expressa essa ideia tomando emprestadas palavras de Swift: *Sweetness and Light*, doçura e luz¹.

Na opinião de Arnold, Hebraísmo e Helenismo são manifestações igualmente valiosas da espécie humana, que visam a guiá-la até a perfeição. Se há um defeito da sociedade inglesa de sua época, porém, esse defeito é a preponderância absoluta do Hebraísmo – uma tendência a agir sem pensar, a seguir intuições superficiais, baseadas em imagens distorcidas da realidade, com toda a energia disponível. O resultado é a ênfase doentia em dogmas mal-estruturados, palavras vazias ou compreendidas num sentido mesquinho, teses contraditórias e abstratas. Esse defeito inglês se manifesta principalmente no campo da religiosidade, que é onde nosso crítico mais percebe a atuação do Hebraísmo.

¹ SWIFT, Jonathan. *A Tale of a Tub with The Battle of the Books and The Mechanical Operation of the Spirit*. Menston: Scolar Press, 1971. p. 271. A expressão é utilizada pelo livro (*sic*) Esopo, que defende os antigos (representados por uma abelha) contra os modernos (figurados na aranha). Em vez do veneno e artimanha que o aracnídeo põe em uso (significando os sistemas abstratos e preguiçosos do filósofo moderno, que se fecham à realidade), a abelha busca doçura e luz, isto é, o mel da beleza e o sol da verdade.

Na verdade, *Culture and Anarchy* associa o Hebraísmo com a religiosidade judaico-cristã até o ponto de identificá-los um com o outro. Consequentemente, o Cristianismo seria um fenômeno fabuloso por ter ampliado a capacidade humana de autoconquistar-se, isto é, de governar rigorosamente a vida prática segundo o conhecimento moral já possuído. Além desse valor, nenhum outro parece ser-lhe concedido. Como notou Henry Sidgwick, em sua resenha de *Culture and Its Enemies*, Arnold considera a religião uma espécie de “polícia espiritual”, destinada a reprimir nossas paixões para que possamos viver livremente com preocupações mundanas como a política, a educação, os estudos de filosofia, e assim por diante. Não há uma palavra sobre o Paraíso, a herança divina recebida pela comunhão com o Cristo, a experiência mística. Para Arnold, só há ascese, sofrimento, autossacrifício, visando à restauração da racionalidade humana num corpo tomado pelos impulsos imorais. Não espanta que a religião aparente ter tão pouco valor a seus olhos, quando comparada à filosofia. Reduzida à obediência aos Dez Mandamentos, a religião se torna, com efeito, apenas um preâmbulo necessário ao exercício das altas investigações da inteligência, que tomam o lugar do Paraíso e da contemplação de Deus como objetivo máximo do homem.

Se a visão da religião como mero dispositivo de controle desabona, porém, a compreensão de Arnold sobre esse complexo fenômeno, não anula de modo algum a validade do Hebraísmo como conceito de análise social. Parece haver, de fato, uma duplicidade de inclinações humanas que, se superada numa síntese harmoniosa, conduz o homem ao aperfeiçoamento de si. Pois ainda que reconheçamos a profundidade teológica da tradição cristã, e seu potencial para levar o homem além de meras deduções lógicas e até da contemplação filosófica natural, teremos *a fortiori* que confessar o malefício, e mesmo a ofensa que constitui a esse verdadeiro Cristianismo a vivência superficial da religião, baseada em jargões e ritualismos, sem reflexão ou meditação. *Culture and Anarchy* aborda esse problema referindo uma passagem do Evangelho em que Jesus Cristo, hóspede, fala a certa Maria que o escuta, enquanto a irmã Marta se apressa em preparar muitas coisas para o conforto do ilustre visitante e o bom funcionamento da casa. Como bem se sabe, Marta queixa-se a Jesus de que Maria não a ajuda. Por sua vez o Messias lhe responde: *Martha, Martha, sollicita es et turbaris erga plurima, porro unum est necessarium; Maria enim optimam partem elegit, quae non auferetur ab ea* (Lc 10, 41-42)².

A narrativa evangélica valoriza a contemplação sobre a atividade, o escutar sobre o agir, a meditação sobre as obras. Noutras palavras, se a religião separar-se da filosofia, conforme concebida e desenvolvida pela linhagem de Sócrates, deixará de ser ela mesma e se tornará o pesadelo chamado por Sidgwick de “polícia espiritual”. Isso porque, segundo Arnold, há uma perigosa vaidade no filisteu, que é a de julgar-se possuidor do *unum necessarium*. Espécie de Marta inadvertida, o filisteu lança-se a todo tipo de atuação extrema, convicto de que segue a vontade de Deus, de que não é preciso estudar, refletir, analisar. Pensa que é perfeito, ou que a perfeição lhe advirá por si mesma, à medida que se mexa bastante e faça muitas coisas. O *unum necessarium*, porém, como fica claro na passagem do Evangelho, não é obtido por ação desregrada, mas pela atitude contemplativa que, se não transformada em mero palavreado, é a mãe das boas ações.

² “Marta, Marta; estás inquieta e te afliges com muitas coisas, mas apenas uma é necessária. Maria escolheu a melhor parte, a que não lhe será tirada”.

A inclinação doentia de burgueses por dinheiro e indústrias, a exaltação patética da nobreza ao cultivo do corpo e de alguns costumes decrépitos, o amor de protestantes não-conformistas (e também, como admite Arnold, de anglicanos e católicos) por palavras vazias e nomes de instituições, até o apego irracional de certos filósofos a seus sistemas claros e distintos, fazem parte do que se chama a Era do Maquinário³. Sempre que algum homem se esquece de procurar as finalidades reais da vida – que deságuam na busca da perfeição total – e passa a idolatrar quaisquer objetos, valores ou etiquetas, que haviam sido criados ou descobertos apenas como meios para chegar às supracitadas finalidades, estamos diante do culto ao maquinário. Qual a Chapeuzinho Vermelho da estória, atraída pelo lobo mal-intencionado a um falso atalho que a retardará, também a espécie humana é detida na religião das máquinas, enquanto o tempo passa e o monstro espera confortavelmente para, no fim da estrada da vida, quando chegar a Humanidade com sua cesta de puro potencial irrealizado, devorá-la sem explicações. Este é o perigo do maquinário, e é contra tal perspectiva que Arnold se posiciona.

Cultura e Anarquia

A convivência de filisteus, bárbaros e população, divididos entre não-conformistas, anglicanos e católicos, liberais, filósofos sistemáticos, políticos bajuladores e os mais variados tipos de adoradores do maquinário não é harmoniosa. Entre os problemas citados por Arnold, há reformas políticas contrárias ao interesse da nação – induzidas por facções religiosas – tumultos populares, protestos, e até a ameaça de guerra civil. Esse estado de coisas deriva da convicção irracional de que cada um deve fazer o que lhe apetece, isto é, de que o valor supremo é a liberdade, negada a existência de algo que a regule. Esse algo, digamos logo, é a reta razão, a verdade, aquela régua suprema pela qual todos os indivíduos devem medir suas ações e pensamentos. Mas o adorador de maquinário não conhece, ou não quer conhecer a reta razão: a ele basta o *ordinary self*, sem complicações, sem contemporização. Conclui-se que a mediocridade inglesa não é apenas frustrante por recusar-se a perfeição; é além disso fator de perigo, raiz de distúrbios sociais, injustiça e má compreensão. A estupidez individual pode resultar – e já está resultando – em catástrofes coletivas. O culto ao maquinário dedica-se primeiramente à destruição das almas individuais e em seguida procede à criação, na esfera comunitária, do estado de anarquia.

A solução, insiste Arnold, não é criar academias nacionais, facilmente devastadas pelos mesmos filisteus e bárbaros que pretendem educar. Não é fazer reformas estritamente políticas, dar ou tirar direitos, aumentar ou diminuir a liberdade. A solução é cultura – e por cultura se entende um crescimento harmonioso do homem em direção à perfeição total. O bárbaro já contente com seu *ordinary self* precisa aplicar progressivamente a seus atos a reta razão, desimpedida e abrangente, que o impulsionará à conquista do *best self*. Precisa que sua mente seja aberta, a golpes de latim, literatura e filosofia, para a grandiosidade da vida e do universo, e para a mesquinhez, por contraste, de seus jogos e bailes. O filisteu adorador de petróleo só será libertado quando puder ver com seus próprios olhos a verdadeira finalidade do petróleo

³ A expressão Era do Maquinário foi tomada por Arnold de Thomas Carlyle (“Signs of the Times”, in CARLYLE, Thomas. *Critical and Miscellaneous Essays*. London: Chapman and Hall, 1899. Vol. II. Pp. 56-82). Diz Carlyle que “Se tivéssemos que caracterizar esta nossa era por um único epíteto, ficaríamos tentados a chamá-la, não uma era heroica, devocional, filosófica ou moral, mas, acima de tudo, a Era Mecânica. É a Era do Maquinário, em todos os sentidos exteriores e interiores dessa palavra” (ibid., p.59).

e de tudo o mais; para isso não lhe bastará ouvir políticos adutores que só contribuem para fixá-lo onde está. Quando o protestante vulgar e separatista compreender a abrangência e profundidade do termo “graça”, terá uma ideia mais adequada do que seja Deus, e uma vida religiosa mais frutífera.

Cultura é, pois, uma perfeição geral do homem, que procede da inteligência, não de livros – embora quase sempre por meio deles. Cultura não é o mesmo que Helenismo, isto é, uma mera tendência a contemplar as coisas como elas são; mas é um aperfeiçoamento dessa tendência, de modo que busca-se a verdade para *praticar* a verdade. É santa curiosidade que, buscando primeiramente ampliar a própria perfeição e “tornar um ser inteligente ainda mais inteligente”⁴, reflete esse crescimento interior num desejo eficaz de “fazer prevalecerem a razão e a vontade de Deus”⁵. Numa palavra, é a fusão harmoniosa de Helenismo e Hebraísmo, e é também o ponto de unidade e equilíbrio de todas as classes. Não por acaso, esse ponto-chave se encontra no indivíduo que, vivendo em sociedade, participando duma classe e dum *ordinary self*, ascende pela vontade de perfeição – isto é, pela cultura – a um estágio espiritual transcendente a classes e disputas políticas; estágio no qual sua preocupação é, em meio a tais tempestades de *ordinary selves*, produzir algum efeito benéfico para as almas de seus concidadãos. A força que o move deve ser, se é preciso repeti-lo, a cultura. E é justo citar do próprio Arnold, como coroação, confirmação e resumo deste comentário, um excerto que se tornou merecidamente célebre:

Todo o escopo deste ensaio é recomendar a cultura como o grande auxílio a nossas dificuldades presentes; sendo *cultura* uma busca por nossa perfeição total, cujos meios consistem em procurar conhecer, em todos os assuntos que mais nos dizem respeito, o melhor já pensado e escrito no mundo e, por meio desse conhecimento, deixar fluir uma corrente de pensamentos livres e novos sobre nossos conceitos e hábitos pré-prontos – os quais no momento seguimos convicta porém mecanicamente, imaginando de balde que haja uma virtude em segui-los convictamente, a qual poderia compensar a desgraça de segui-los mecanicamente.

Rafael Falcón é professor de línguas e literaturas, com mestrado em curso pelo programa de Letras Clássicas da USP. Escreve em sua página pessoal (<http://www.rafaelfalcon.net>) e no blog Ad Hominem (<http://www.adhominem.com.br>).

⁴ “l’on rend plus intelligent um être intelligent” (“Discours sur les motifs qui doivent nous encourager aux sciences”, in MONTESQUIEU, Baron de La Brède et de. *Oeuvres complètes*. Paris: E. Laboulaye, 1879. Vol. 7. p. 78.). Uma das citações favoritas de Arnold para definir a motivação primária da cultura.

⁵ “to have reason and the will of God prevail” (WILSON, Thomas. *Sacra Privata*. New York: D. Appleton, 1841. p. 174). Aqui citado para expressar a segunda motivação da cultura, o Bispo Wilson é muitas outras vezes homenageado em *Culture and Anarchy*.